

Negociação coletiva e direito de greve são debatidos enquanto avança luta de servidores

Servidores federais estão em pleno processo de ampliação de um movimento grevista que já conta com paralisação dos Técnico-Administrativos das Instituições Federais de Ensino, operação-padrão em pelo menos doze categorias, mobilização dos servidores da Área Ambiental, e o anúncio de um indicativo de greve dos professores universitários a partir de 15 de abril.

Nessa quarta-feira, 27, a Condsef/Fenadsef, que representa 80% dos servidores do Executivo Federal, realiza uma Plenária Nacional de sua base onde será discutida a ampliação do movimento grevista. Essa tem sido a reação dos servidores federais frente à insistente falta de avanços nos processos de negociação entre a bancada sindical do funcionalismo e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Apesar de admitir um possível reajuste para este ano, a partir do aumento na arrecadação, o governo segue sem apresentar nenhuma resposta concreta à reivindicação do conjunto do funcionalismo. A última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) aconteceu no final de fevereiro e o governo aponta apenas final de maio ou início de junho com o novo calendário. O Fonasef enviou ofício ao MGI solicitando adiantamento dessa reunião, pois os servidores tem urgência na busca por avanços nas negociações.

Em um governo que promove diálogo permanente é natural que um processo de negociações frustrado e que não avança ocasione a necessidade de pressão dos trabalhadores. No caso de servidores públicos, esse direito de greve e também o direito à negociação coletiva nunca foram regulamentados. Ao menos, até agora.

Demanda histórica dos servidores, a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem sendo debatida em um grupo de trabalho do qual a Condsef/Fenadsef, além de outras entidades e centrais sindicais, incluindo a CUT, participam. Além do direito de greve e negociação coletiva, o GTI trata de temas como exercício do mandato classista e financiamento sindical.

O JOTA divulgou nota recente em que pontua os principais avanços desse debate. A ideia é levar a proposta para o Congresso até o final do primeiro semestre, mas há ainda um caminho a ser percorrido. Algumas divergências ainda estão em discussão, incluindo o percentual de força de trabalho em atividades consideradas inadiáveis e a possibilidade de greve de policiais não militares.

O diretor da Condsef/Fenadsef, Pedro Armengol, também da Executiva da CUT Nacional, integra esses debates. Ao JOTA, Armengol informou que a conversa está bem encaminhada no que diz respeito à negociação cole-

tiva. “A gente precisa dialogar mais sobre o instrumento de arbitragem, que é importante. Eu já fiz muita greve para negociar e tenho certeza que a regulamentação vai reduzir muito esse tipo de situação, que é ruim para todos os lados”, disse.

As divergências sobre regulamentação do direito de greve podem, ainda segundo o JOTA, atrasar o encaminhamento de um projeto de lei ao Congresso Nacional. “O encaminhamento de uma proposta unificada que regulamente a Convenção 151 da OIT, tratando do direito de greve e da negociação coletiva, é apenas a primeira etapa. No Congresso, os sindicatos já esperam uma nova batalha. No governo Temer, o Congresso chegou a aprovar uma proposta de negociação coletiva, que foi vetada pelo Palácio do Planalto”, conclui a matéria.

Enquanto não estão regulamentados esses direitos essenciais para toda a classe trabalhadora, servidores federais seguem lutando por avanços na Campanha Salarial 2024, exercendo seu legítimo direito à mobilização e à greve.

Condsef/Fenadsef

AVISO

O SINDSEP/MA informa aos seus filiados, associados e sociedade em geral, que em virtude do feriado da Semana Santa as atividades laborais estarão **SUSPENSAS** nos dias 28 e 29 de março, retornando nossas atividades normais no dia 01/04/2024 (segunda-feira) no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas.

A DIREÇÃO





Defender a democracia é defender direitos dos trabalhadores, afirmam sindicalistas

Desde 2016, ano do golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT-RS), que os trabalhadores e trabalhadoras do país vêm perdendo direitos, o que interfere diretamente na renda e no bem-estar social de todos eles.

Em 2017 o governo golpista de Michel Temer (MDB-SP), aprovou a reforma Trabalhista que retirou mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aumentando a precarização e impedindo a atuação sindical. Dois anos depois, em 2019, já no governo de Jair Bolsonaro (PL), houve a reforma da Previdência que aumentou o tempo de contribuição e diminuiu o valor de aposentadorias e pensões, além de prejudicar viúvas e órfãos com a redução dos valores a receber após a morte do segurando do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Por esses e outros retrocessos praticados por governos neoliberais econômicos que sindicalistas fazem uma defesa enfática da necessidade dos trabalhadores se unirem em defesa da democracia, de que o golpe de 2016 foi para retirar direitos trabalhistas e que o último presidente da República teve o apoio de forças econômicas contrárias aos interesses do trabalhador. Um dos resultados foi a Operação Lava Jato, responsável pelo fechamento de 4,4 milhões de empregos no país.

A coordenadora do Sindicato dos Petroleiros de São Paulo (Sindipetro-SP), Cibele Vieira, reforçou que a diz que a classe trabalhadora só consegue avançar com a democracia.

“É através da participação popular que a gente consegue se organizar coletivamente para lutar



pelos nossos direitos. E nós, petroleiros e petroleiras, sofremos diretamente com isso, porque toda vez que vem um avanço pela disputa do petróleo, a nossa riqueza nacional, tentam privatizar a Petrobrás. Então é muito dinheiro envolvido e precisamos fazer a nossa contra ofensiva e só a democracia fortalece essa luta”, afirma Cibele.

A dirigente reforça que toda vez em que há uma crise econômica, a extrema direita avança porque disputa a riqueza gerada pelos trabalhadores.

“Quando eles perdem para uma crise econômica eles querem avançar no direito dos trabalhadores para manterem os lucros sobre o fruto do nosso trabalho e para isso precisam atacar a democracia. Essa é a principal disputa colocada”, afirma Cibele.

O presidente da CUT-SP, Raimundo Suzart, reforça que a democracia só existe com movimentos social e sindical organizados que podem reivindicar direitos dos trabalhadores e que, portanto, é preciso votar em quem defende o trabalhador.

“É muito importante a gente discutir, falar, se organizar, ocupar as ruas, mas mais do que isso, cumprir com o nosso papel nas eleições de 2024 e eleger o maior número de vereadores, vereadoras, prefeito e

prefeita, para que em 2026 a gente mude esse Congresso que está aí, e que está tirando os direitos dos trabalhadores”, analisa Suzart.

O secretário de Relações do Trabalho da CUT Nacional, Sérgio Ricardo Antiqueira, ressalta que se não houvesse democracia, atos pelo Brasil seriam proibidos e a polícia “estaria em cima” dos manifestantes.

“Sem democracia não temos direitos. Por isso é importante punir os responsáveis pela tentativa de golpe no 8 de janeiro e chegar aos seus financiadores seja quem for”, declara.

Os ataques à democracia não podem ser esquecidos, na opinião de Neiva Maria Ribeiro dos Santos, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Para ela, o combate às fakes News

“Estamos vivendo uma crise onde as verdades são questionadas, uma crise da pós-verdade, e a gente precisa de um tempo todo reforçar o que foi a história, o que nós lutamos para preservar de volta da democracia, de volta do direito de escolher os nossos representantes, de escolher os nossos congressistas, de ter liberdade de expressão, e isso não pode morrer”, lembrou a dirigente